

## POVOS INDÍGENAS DE MANAQUIRI: UMA HISTÓRIA DE MOBILIZAÇÃO POR AFIRMAÇÃO DE IDENTIDADE E DIREITOS

*Estudante: Célio Roberto Araújo da Silva<sup>1</sup>*

*Orientador: Leno José Barata Souza<sup>2</sup>*

**RESUMO:** Este relato de experiência destina-se a documentar uma pesquisa realizada entre 07 e 25 de março de 2024 nas aldeias de Manaquiri-AM, com foco na valorização da identidade cultural e na luta pela demarcação de terras e pelo acesso a serviços básicos pelos povos indígenas Mura, Munduruku e Miranha. A investigação, fundamentada em uma abordagem qualitativa, incluiu entrevistas semiestruturadas com líderes indígenas, permitindo a compreensão aprofundada de suas vivências, desafios e conquistas. Os resultados evidenciaram um fortalecimento da identidade cultural, embora a demarcação de terras e a qualidade dos serviços de saúde e educação permaneçam como desafios críticos. A escuta ativa e a organização comunitária foram identificadas como estratégias essenciais de resistência. O estudo conclui que a implementação de políticas públicas respeitadas e a promoção de diálogos equitativos entre as aldeias indígenas e as autoridades governamentais são fundamentais para garantir a dignidade e a sobrevivência dessas populações.

**Palavras-chave:** Relato de Experiência. Identidade Cultural. Mobilização Indígena.

### 1. Introdução

Este registro de estudo de caso tem como objetivo documentar a pesquisa realizada nas aldeias de Manaquiri, Amazonas, com foco na valorização da identidade cultural, na demarcação de terras e no acesso a serviços básicos pelos povos indígenas como Saúde e Educação, em particular os Mura, Munduruku e Miranha.

A valorização das mobilizações indígenas é essencial para a construção de uma sociedade justa e plural. Essas mobilizações representam não apenas a luta por direitos territoriais e, a preservação de culturas ancestrais, mas também a afirmação de identidades que são fundamentais para a diversidade humana. Quando os povos indígenas se mobilizam, eles trazem à tona questões cruciais sobre a relação entre humanidade e natureza, desafiando visões hegemônicas que frequentemente marginalizam suas vozes.

Reconhecer e apoiar essas lutas é um passo fundamental para a construção de políticas públicas inclusivas e equitativas, que respeitem a autonomia dos povos indígenas e contribuam para um futuro mais harmonioso para todos. Valorizar as mobilizações

---

<sup>1</sup> **Célio Roberto Araújo da Silva** Acadêmico do curso Licenciatura em História, pela Universidade do Estado do Amazonas- UEA.

<sup>2</sup> **Leno José Barata Souza** é Doutor em História, pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo como Pós-doutorado pela Universidade de Veneza Ca'Foscari. Professor assistente na Universidade do Estado do Amazonas- UEA. Email:ljsoouza@uea.edu.br.

indígenas é, portanto, um ato de respeito e um compromisso com a justiça social e ambiental.

Diante disto, a investigação se fundamenta em uma abordagem qualitativa, utilizando entrevistas semiestruturadas com os líderes indígenas, Gilson Mura e Warley Oliveira do povo Mura, Pedro Santa Rita da aldeia Munduruku e Hudson Pereira do povo Miranha, visando compreender suas vivências, desafios e conquistas em suas Aldeias.

**Figura 1**– Tuxauas Mura, Kainã e Miranha.



**Fonte:** Arquivo do autor

A relevância deste estudo reside na urgência de visibilizar as experiências e as lutas enfrentadas por estas aldeias, que têm sido historicamente marginalizadas. Para embasar a pesquisa, serão utilizados grandes nomes da literatura acadêmica e antropológica, como Eduardo Viveiros de Castro, cuja obra *A inconstância da alma selvagem* (2002) destaca a construção social da identidade indígena, e Sônia Guajajara, que durante uma entrevista ao site Agência Senado (2023), enfatizou a importância da visibilidade na luta por direitos aos povos indígenas.

A pesquisa busca compreender as experiências e desafios enfrentados pelos líderes indígenas nas aldeias de Manaquiri, analisando o acesso a serviços básicos, como saúde e educação, e como esses fatores impactam a qualidade de vida e, a preservação das tradições culturais.

Também se propõe a identificar as estratégias de mobilização e resistência utilizadas pelas aldeias indígenas para reivindicar seus direitos e fortalecer sua identidade, além de sugerir recomendações para a construção de políticas públicas que respeitem e integrem as especificidades culturais e sociais dos povos indígenas, promovendo um diálogo equitativo entre as aldeias e as autoridades governamentais.

Através deste relato, buscou-se não apenas documentar uma experiência, mas também provocar reflexões e ações que contribuam para a justiça social e o respeito à diversidade cultural. A luta pela afirmação da identidade indígena e pela preservação de suas terras é uma questão central para a dignidade e a sobrevivência dessas aldeias. Assim, este estudo pretende ser uma voz a favor de sua resistência e resiliência.

## **2. Materiais e métodos / Procedimentos metodológicos**

A pesquisa nas aldeias em estudo, volta-se para um estudo de caso, através de entrevistas, que iniciaram em março de 2024 a novembro de 2024, englobando as fases de planejamento, coleta de dados e análise dos resultados. Os encontros ocorreram nas aldeias de Manaquiri-AM, especificamente nas aldeias Vista Alegre (povo Mura), Kainã (povo Munduruku), Aldeia Barro Alto (povo Miranha) e em espaços comunitários utilizados pelos representantes da etnia Mura.

Estas localidades são caracterizadas por uma rica diversidade cultural e por desafios significativos relacionados à demarcação de terras e direitos territoriais, conforme destacado por LUCIANO (2006, p. 107), "os povos indígenas do Brasil iniciaram um período de recuperação demográfica e de autoestima identitária". O eixo central da experiência foi a luta pela valorização da identidade indígena, demarcação de terras e acesso a serviços básicos, como saúde e educação. Diante disso, a pesquisa buscou compreender as vivências e desafios enfrentados pelos líderes indígenas em suas aldeias.

A atividade consistiu em entrevistas semiestruturadas com quatro líderes indígenas: Gilson Mura, Pedro Santa Rita, Warley Oliveira e Hudson Pereira. Estas entrevistas foram projetadas no sentido de explorar suas experiências, desafios e conquistas em suas respectivas aldeias. A vivência foi a qualitativa, permitindo uma compreensão aprofundada das narrativas e percepções dos líderes indígenas acerca de suas realidades e lutas.

Os participantes da pesquisa foram os líderes indígenas supracitados, que representam diferentes povos e aldeias de Manaquiri. Cada um apresentou suas experiências e perspectivas, enriquecendo a análise dos dados coletados. Os recursos utilizados incluíram gravações de áudio para documentar as entrevistas, além de materiais de apoio, como questionários e roteiros de entrevista, que guiaram a coleta de dados.

A ação realizada consistiu na condução das entrevistas, que ocorreram em um ambiente respeitoso e acolhedor, propício para que os líderes pudessem compartilhar suas histórias e desafios. As entrevistas foram agendadas previamente e realizadas de forma presencial, sempre respeitando a disponibilidade e o conforto dos participantes.

Os instrumentos de coleta de dados foram as entrevistas semiestruturadas, que permitiram flexibilidade nas perguntas e a possibilidade de aprofundar temas que surgissem durante as conversas. Um roteiro de perguntas foi elaborado com base nos objetivos da pesquisa, mas a dinâmica das entrevistas possibilitou que os líderes discorressem sobre tópicos relevantes para suas realidades.

A análise dos dados seguiu a abordagem qualitativa, utilizando a técnica de análise de conteúdo através de gravação de áudio e depois transcritas e categorizadas em temas principais, como demarcação de terras, saúde, educação e valorização cultural. Essa análise buscou identificar padrões e divergências nas experiências relatadas.

Todos os procedimentos foram realizados com rigor ético. Os líderes foram informados sobre os objetivos da pesquisa e tiveram a liberdade de recusar ou interromper sua participação a qualquer momento.

### **3. Resultados e discussão**

Os resultados da pesquisa foram obtidos por meio de análises da entrevista, realizada em aldeias indígenas de Manaquiri-AM. Elas revelaram uma série de experiências significativas e desafiadoras enfrentadas pelos líderes indígenas. Um dos achados mais relevantes foi o fortalecimento da identidade cultural entre as aldeias indígenas. Os líderes Pedro Santa Rita do povo Munduruku e Hudson Pereira do povo Mura, relataram que a valorização das tradições e práticas culturais tem se tornado um pilar importante na resistência contra a homogeneização cultural imposta por fatores externos, como a falta de políticas públicas que garantam a proteção e a valorização das culturas indígenas e, a influência da mídia e das redes sociais, que podem promover uma cultura de consumo e valores que se distanciam das tradições indígenas.

Entretanto, a demarcação de terras continua a ser um dos principais desafios enfrentados. Os relatos indicaram a presença de invasões de terras por madeireiros e agricultores, gerando conflitos e insegurança para as aldeias Indígenas. Além disso, a pesquisa evidenciou a falta de acesso adequado aos serviços básicos, como saúde e

educação. Os líderes expressaram preocupação com a qualidade destes serviços, que muitas vezes não atendem às necessidades específicas das aldeias indígenas.

Outro aspecto destacado foi a importância da escuta ativa nos processos de tomada de decisão que afetam a vida das aldeias. Os participantes enfatizaram que esta escuta é essencial para a construção de políticas públicas mais justas e respeitadas. Ademais, o fortalecimento da organização indígena foi identificado como uma estratégia crucial para enfrentar os desafios, evidenciando a união entre diferentes etnias na luta por direitos e pela preservação cultural.

As experiências vivenciadas pelos líderes indígenas incluem a realização de rituais e celebrações que buscam reafirmar a identidade cultural e fortalecer os laços comunitários. Esses momentos são fundamentais para a transmissão de conhecimentos e valores entre as gerações. A mobilização para a demarcação de terras, que envolve protestos e articulação com organizações não governamentais e movimentos sociais, também se mostrou crucial para chamar a atenção das autoridades e da sociedade civil.

Além disso, a implementação de programas de educação bilíngue, que respeitam e incorporam a língua e cultura indígenas no currículo escolar, foi uma experiência positiva relatada, segundo Hudson Pereira do povo Miranha. Isso tem contribuído para a valorização da cultura local e para a formação de jovens líderes. Por fim, o estabelecimento de parcerias com organizações que apoiam a luta indígena tem proporcionado recursos e capacitação para os líderes, como formação e treinamento, fortalecendo suas vozes em fóruns regionais e nacionais.

Esses resultados e experiências refletem a complexidade da realidade vivida pelos povos indígenas em Manaquiri-AM, destacando tanto os desafios quanto as estratégias de resistência e valorização cultural. Diante disto, conclui-se que integrar estas experiências ao curso de Licenciatura em História é fundamental, para formar educadores que compreendam a importância da diversidade cultural, haja vista que o estudo das lutas indígenas proporciona uma visão crítica sobre as injustiças sociais e a necessidade de políticas públicas que respeitem os direitos dos povos originários.

### **3.1 Contextualização, Identidade e Mobilização Indígena**

Desde o primeiro contato entre indígenas e europeus no século XV, a interação foi marcada por conflitos, com os nativos frequentemente vistos como explorados e

culturalmente destruídos. Até a metade do século XX, a narrativa predominante ignorava a diversidade étnica dos povos indígenas, que eram tratados como agentes passivos. Assim, a cultura indígena sofreu apagamento devido a esforços missionários e à indiferença do Estado brasileiro.

Contudo, a partir da segunda metade do século XX, novas pesquisas especialmente nos campos da Antropologia, História, Arqueologia e Etno-história, revelaram que muitas identidades indígenas sobreviveram à opressão, e ao extermínio generalizado, as mais de trezentas etnias remanescentes continuam a lutar pela preservação de sua cultura.

Nessa perspectiva identificamos que as identidades indígenas são conceitos em constante evolução, que se constroem a partir das interações sociais, culturais e políticas dos povos com o mundo ao seu redor.

Diante disso, o antropólogo Eduardo Viveiros de Castro (2002) argumenta que a identidade não é uma essência fixa, mas uma construção social que se adapta às circunstâncias históricas e culturais.

Continua o autor:

A identidade indígena não é um dado natural, mas uma construção social que se dá em um contexto de interações. Os índios não são apenas aqueles que habitam a floresta, mas também aqueles que habitam a cidade, que se organizam e reivindicam seus direitos. VIVEIROS DE CASTRO (2002, p. 45).

Nesses termos, a visão de Viveiro de Castro amplia a compreensão da identidade indígena, mostrando que ela é moldada pela luta por reconhecimento e pela resistência a processos de marginalização.

O movimento indígena, influenciado por novas teorias, ideias e conceitos sobre identidade, se tornou um exemplo de organização social, destacando-se entre os demais movimentos sociais do país. Sônia Guajajara (2018, p. 67) destaca a importância da visibilidade na luta por direitos, afirmando que "a visibilidade dos povos indígenas é essencial para a luta por direitos".

A mobilização se torna, assim, uma estratégia crucial para a afirmação da identidade cultural. Os povos indígenas, ao se organizarem e se mobilizarem, não apenas reivindicam seus direitos, mas também reafirmam identidades próprias, em um contexto de globalização que, cada vez mais, marginaliza e invisibiliza modos de vida particulares

que escapam dos padrões tidos como modernos e progressistas, os quais priorizam a industrialização, a urbanização e a adoção de estilos de vida ocidentais.

### **3.2 Lutas e Conquistas dos Povos Mura**

Os Mura são um povo indígena com uma história que remonta a séculos, profundamente ligado à floresta amazônica. Originalmente, habitavam uma vasta área nos estados do Amazonas e do Acre, e sua cultura é caracterizada por práticas de caça, pesca e agricultura, sendo a produção de farinha de mandioca central em sua dieta. A língua Mura, pertencente à família tupi-guarani, é fundamental para sua identidade, mas enfrenta riscos de extinção devido à influência do padrão português. A preservação da língua é de suma importância para a preservação de suas tradições culturais, por isso, buscam revitalizá-la a luz de seus conhecimentos e práticas ancestrais.

Neste contexto, as mobilizações dos Mura e de outros povos indígenas se tornam ainda mais relevantes. Elas não apenas reivindicam direitos territoriais e a preservação de suas culturas, mas também destacam a urgência de proteger suas línguas e modos de vida. Ao lutar pela valorização de sua identidade e pela demarcação de suas terras, os Mura contribuem para a diversidade cultural do Brasil e para a riqueza do patrimônio imaterial da humanidade. Essas ações são fundamentais para garantir que as futuras gerações possam continuar a se conectar com suas raízes, mantendo vivas as tradições que moldaram sua história e identidade.

Em entrevista com líderes do povo Mura, que habitam o Município de Manaquiri-AM, destaca-se a rica história de lutas e conquistas desse grupo, refletindo sua resistência e busca por direitos. Os Mura enfrentam desafios contemporâneos, especialmente relacionados à luta por seus direitos territoriais, ameaçados pela expansão da agricultura, pecuária e exploração de recursos naturais. Por esse viés, a demarcação de terras é crucial para a sobrevivência, física e cultura do povo Mura, que busca garantir seus direitos sobre os territórios que ocupam há gerações.

Sobre a demarcação de terras, Gilson Mura (2024), cacique da aldeia Vista Alegre – Alto Manaquiri-AM, a 43 quilômetros do município de Careiro-AM, enfatiza que a luta por demarcação continua. Embora a terra indígena Vista Alegre tenha sido homologada em 2012, a falta de topografia para apontar os limites territoriais de suas terras, resultou em invasões e exploração de recursos naturais por não indígenas. “Nós

sofremos muito por falta dessa demarcação, com invasões de brancos, como, por exemplo, a caça ilegal, a pesca predatória, o desmatamento pelos poceiros que ainda existem”. (MURA, 2024).

**Figura 2**– Tuxaua da aldeia Vista Alegre, Gilson Mura.



**Fonte:** Arquivo do autor

A demarcação é vista como uma solução crucial para proteger as terras e garantir a segurança da aldeia, permitindo que seu próprio povo Mura usufruam de seus direitos territoriais sem a ameaça de invasões, a retirada de madeiras e venda ilegal para brancos.

A saúde e a educação são áreas que demandam atenção especial para o povo Mura. O acesso a serviços de saúde adequados e a uma educação que valorize sua cultura são essenciais para o desenvolvimento sustentável da aldeia.

Em entrevista com Warley Oliveira, um líder Mura, ele destacou a evolução do atendimento à saúde indígena ao longo das décadas, mencionando que, embora o acesso tenha melhorado com a transferência de responsabilidades para a FUNASA (Fundação Nacional da Saúde), ainda persistem problemas como corrupção e má gestão de recursos. Isso tem levado a mobilizações e manifestações do movimento indígena em busca de melhorias.

A luta culminou na criação da SESAI (Secretaria Especial de Saúde Indígena) em 2010, que buscou melhorar o atendimento à saúde dos povos indígenas. Essa conquista foi resultado de anos de protestos e reivindicações, incluindo confrontos diretos com autoridades que destacam a determinação dos Mura em garantir seus direitos. Sobre

a busca pelos seus direitos, Warley Oliveira (2024), afirmou: "A gente costuma dizer que sem-terra ninguém vive, e sem saúde a gente não trabalha".

Durante as entrevistas, ambos os líderes mencionam a importância da mobilização e da união entre as aldeias indígenas. As manifestações em Brasília-DF e em outros locais foram fundamentais para chamar a atenção junto as demandas dos povos indígenas, especialmente em relação à saúde e à demarcação de terras. A resistência cultural e a luta por direitos são vistas como interligadas, com a saúde sendo um aspecto vital para a sobrevivência e o bem-estar da aldeia.

### 3.3 A Etnia Munduruku na Aldeia Kainã

**Figura 3** – Entrada da Aldeia Kainã em Manaquiri-AM.



**Fonte:** Arquivo do autor

A etnia Munduruku, presente na Amazônia brasileira, é conhecida por sua rica história e tradições, além de sua luta pela preservação de direitos e território. A aldeia Kainã, localizada a 15 quilômetros de Manaquiri-AM, exemplifica, com propriedades, a resistência e resiliência desse povo, sendo um espaço vital para a preservação de seus costumes, língua e práticas culturais, que incluem danças, músicas e rituais que refletem sua espiritualidade e identidade.

Os Munduruku são um povo indígena que, embora tradicionalmente associado à região do rio Tapajós, também se estabeleceu em Manaquiri, Amazonas, ao longo do século XX. Acredita-se que sua migração para essa área tenha ocorrido em busca de novas terras e recursos, especialmente devido à pressão externa e à exploração de suas terras originais. O contato com colonizadores e a exploração de recursos naturais forçaram

muitos grupos a se deslocar, e os Munduruku se adaptaram a essas mudanças, estabelecendo-se em Manaquiri-AM por volta da década de 1970.

A língua dos Munduruku pertence à família linguística Tupinambá, que é uma das mais amplas do Brasil. Estudos linguísticos têm explorado a complexidade e a riqueza da língua, que reflete a cosmovisão e a cultura desse povo. A língua é um elemento central na identidade dos Munduruku, sendo utilizada em suas práticas cotidianas e rituais. A teoria linguística sugere que a língua Munduruku, assim como outras línguas da família Tupinambá, possui características específicas que a distinguem, permitindo uma análise aprofundada de sua gramática e vocabulário.

Na aldeia, a liderança é exercida pelos Tuxauas, que desempenham um papel fundamental na organização social e política da aldeia. Pedro Santa Rita, um Tuxaua e líder comunitário, iniciou sua trajetória no movimento indígena em 2004. Apesar dos desafios enfrentados, ele se mantém persistente e confiante de que as lutas resultarão em vitórias. Pedro enfatiza a importância da mobilização para garantir os direitos do povo Munduruku, especialmente nas áreas de educação, saúde e preservação ambiental.

Os Munduruku também enfrentam uma luta constante pela demarcação de suas terras e pela proteção de seus recursos naturais, ameaçados pela exploração econômica. A aldeia Kainã, por exemplo, tem se mobilizado para conscientizar a aldeia sobre a importância de preservar suas terras e cultura.

Como enfatizado, a educação é uma prioridade, com a implementação de um modelo de ensino que valoriza a cultura indígena, além de programas de formação intercultural que permitem aos jovens aprender suas tradições enquanto se preparam para o mundo contemporâneo.

Pedro Santa Rita, Tuxaua da Aldeia Kainã, atua como conselheiro distrital de saúde Indígena e presidente do CONDISI (Conselho Local da Saúde Indígena) quando promoveu melhorias na saúde indígena, incluindo a criação de uma equipe de saúde multidisciplinar. Ele ressalta que a luta pela saúde indígena é contínua e que a mobilização e organização comunitária são essenciais para preservar a diversidade cultural e ambiental da Amazônia.

Nessa perspectiva compreendemos que a união do povo Munduruku é crucial para enfrentar os desafios atuais e garantir que as futuras gerações mantenham sua

identidade e conexão com a natureza. Acerca da mobilização dos povos Munduruku, Ramos (2002, p.238), assegura que,

Os povos indígenas, como os Munduruku, não estão apenas lutando por seus territórios, mas também por sua identidade e modos de vida. A terra é vista como um ente vivo, que sustenta não apenas a subsistência, mas também a cultura, a espiritualidade e a história de um povo. A resistência dos Munduruku é emblemática, pois eles reafirmam constantemente que 'nossa terra é nossa vida, e sem ela não somos nada', destacando a importância de sua conexão com a natureza e a necessidade de proteção de seus direitos.

Essa perspectiva é fundamental para entendermos que a luta dos Munduruku, que não se limita apenas à defesa de seus direitos territoriais, mas também à preservação de suas tradições e modos de vida. Assim, a luta dos Munduruku se torna um símbolo da resistência indígena e da necessidade urgente de proteger os direitos dos povos originários em um mundo em constante transformação.

A resistência cultural e a luta por direitos são pilares da trajetória do povo Munduruku em Manaquiri, refletindo sua determinação em assegurar um futuro digno e respeitoso para sua aldeia.

### 3.4 Povo Miranha

**Figura 4** – Aldeia Barro Alto, da etnia Miranha.



**Fonte:** Arquivo do autor

Originário da região do rio Tapajós, o povo miranha migrou para Manaquiri, Amazonas, na década de 1970, em resposta à exploração de suas terras e à busca por melhores condições de vida. Essa mudança representou não apenas um deslocamento geográfico, mas também um esforço para preservar sua cultura e identidade. A língua dos

Miranha, pertencente à família linguística Tupinambá, é fundamental para sua identidade, refletindo sua cosmovisão e sendo essencial para a transmissão de saberes e tradições. Atualmente, os Miranha enfrentam desafios significativos relacionados à demarcação de terras e ao reconhecimento de seus direitos, lutando para manter sua conexão com a terra e a língua como formas de garantir a continuidade de suas tradições e modos de vida.

O povo Miranha, localizado a 35 quilômetros de Manaquiri-AM, destaca-se pela sua organização social e luta por direitos, especialmente na educação. A entrevista com Hudson Pereira, Tuxaua da aldeia Barro Alto e presidente da OPIMAN (Organização de Professores Indígenas de Manaquiri), revela a importância dessa luta.

A OPIMAN, criada em 2019, surgiu da necessidade de unir professores indígenas para representar suas demandas e garantir o respeito aos direitos educacionais tradicionalmente negados ou distorcidos pelo Estado brasileiro.

Hudson Pereira enfatiza que a educação intercultural é essencial para valorizar a identidade indígena e formar profissionais que compreendam as especificidades culturais. A OPIMAN visa congrega Professores, gestores e funcionários da educação indígena, promovendo uma representação efetiva nas instituições e construindo diretrizes que respeitem a escolha de Professores pela aldeia, conforme a legislação brasileira. A luta por uma educação de qualidade é uma forma de resistência cultural, unindo conhecimento tradicional e formação acadêmica.

Apesar dos avanços, como a legalização da OPIMAN e a conquista de representatividade em conferências, Hudson Pereira menciona desafios, como a falta de apoio financeiro e a resistência de alguns membros da aldeia em se engajar nas capacitações, como formação continuada e especializações.

Esses obstáculos são comuns em muitas aldeias indígenas, conforme aponta Alcida Ramos, que discute a importância da mobilização interna e do fortalecimento das lideranças locais para a efetivação dos direitos (Ramos, 2002).

A busca por cursos de capacitação e a formação de professores em licenciaturas interculturais refletem a determinação do povo Miranha em melhorar a educação de suas crianças. Hudson Pereira destaca que o fortalecimento da educação indígena depende do comprometimento da própria aldeia em se atualizar e se desenvolver, um ponto que ecoa a ideia de que a autonomia indígena está intimamente ligada à educação (Viveiros de Castro, 1998).

#### 4. Considerações finais

O intuito deste relato de experiência, visou documentar as vivências e lutas dos povos indígenas Mura, Munduruku e Miranha nas aldeias do município de Manaquiri-AM, foi, em grande medida, alcançado. A pesquisa conseguiu destacar a importância da valorização da identidade cultural, a necessidade de demarcação de terras e o acesso a serviços básicos, como educação e saúde, além de evidenciar as estratégias de resistência e mobilização utilizadas por essas aldeias. As entrevistas com os líderes indígenas proporcionaram uma compreensão profunda dos desafios enfrentados, bem como das conquistas e das esperanças para o futuro.

Entretanto, além das atividades realizadas, há diversas outras ações que poderiam ser implementadas para fortalecer ainda mais a luta e a visibilidade dos povos indígenas. Por exemplo, a realização de oficinas de capacitação em liderança e mobilização poderia empoderar mais membros das aldeias, ampliando sua capacidade de reivindicação e diálogo com as autoridades. Além disso, a promoção de intercâmbios culturais entre diferentes etnias poderia enriquecer as trocas de experiências e fortalecer a unidade entre os povos indígenas.

A criação de espaços permanentes de diálogo entre as aldeias e os órgãos governamentais, com a participação ativa de representantes indígenas, também se mostra crucial. Isso garantiria que as vozes e demandas das aldeias fossem ouvidas e respeitadas nas políticas públicas. Por fim, a ampliação da pesquisa para incluir mais povos e aldeias na região poderia proporcionar uma visão ainda mais abrangente das lutas e conquistas dos povos indígenas, contribuindo para a construção de um conhecimento mais robusto e representativo.

Em suma, embora o relato tenha cumprido seu objetivo de visibilizar as experiências e desafios dos povos indígenas em Manaquiri, a aldeia e a ampliação das ações são fundamentais para garantir que suas vozes sejam cada vez mais ouvidas e respeitadas, promovendo justiça social e o reconhecimento da diversidade cultural.

#### 5. Fontes

**MURA, Gilson.** Entrevista concedida a Célio Roberto Araújo da Silva. 2024. Cacique da aldeia Vista Alegre - povo Mura. Manaquiri, Amazonas.

**OLIVEIRA, Warley.** Entrevista concedida a Célio Roberto Araújo da Silva. 2024. Líder Mura. Manaquiri, Amazonas.

**PEREIRA, Hudson.** Entrevista concedida a Célio Roberto Araújo da Silva. 2024. Tuxaua da aldeia Barro Alto e presidente da OPIMAN - povo Miranha. Manaquiri, Amazonas.

**SANTA RITA, Pedro.** Entrevista concedida a Célio Roberto Araújo da Silva. 2024. Tuxaua da Aldeia Kainã - etnia Munduruku. Manaquiri, Amazonas.

## 6. Referências

CASTRO, Eduardo Viveiro de. **A inconstância da alma selvagem: uma etnologia da heterogeneidade.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002.

GUAJAJARA, Sônia. **A luta pela visibilidade dos povos indígenas.** 2023. Disponível em: [https://www12.senado.leg.br/noticias/infomaterias/2023/04/19-de-abril-povos-indigenas-lutam-por-mais-visibilidade-e-valorizacao]. Acesso em: 25 mar. 2024.

LUCIANO, Gersem José dos Santos. **O índio brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje.** Brasília, DF: UNESCO, Ministério da Educação, 2006.

MURA, Gilson. entrevista com cacique da aldeia Vista Alegre. [Entrevista concedida a Célio Roberto Araújo da Silva]. **Relato de Experiência**, Manaquiri, n 1-6, 18 mar. 2024.

OLIVEIRA, Warley, Entrevista sobre saúde indígena. [Entrevista concedida a Célio Roberto Araújo da Silva]. **Relato de Experiência**, Manaquiri, n 1-6, 12 mar. 2024.

PEREIRA, Hudson. Entrevista sobre a luta do povo Miranha. [Entrevista concedida a Célio Roberto Araújo da Silva]. **Relato de Experiência**, Manaquiri, n 1-6, 8 mar. 2024.

RAMOS, Alcida Rita. **Indigenous Peoples and the Politics of Identity in Brazil.** In: Indigenous Peoples and the Politics of Identity. Ed. by H. K. B. de Souza. São Paulo: Editora UNESP, 2002, p.238.

RITA, Pedro Santa. Entrevista sobre a luta dos Munduruku. [Entrevista concedida a Célio Roberto Araújo da Silva]. **Relato de Experiência**, Manaquiri, n 1-6, 25 mar. 2024.

Recebido em:     /     /

Aprovado em: 22/11 /2024